

MAPAS: na interseção acadêmica e escolar entre História e Geografia

Fabiano Arndt Araújo Pykosz de Oliveira¹

© Geografia Grapiúna
2024



Este trabalho está
licenciado sob uma
licença [Creative
Commons Attribution 4.0
Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Recebido: 17/01/2024

Aceito: 13/04/2024

RESUMO

O presente texto relata parte do desenvolvimento de um projeto de pesquisa que teve por objetivo refletir e apontar perspectivas acerca da utilização da cartografia histórica no ensino de História. Para tanto, inicialmente, foi realizada uma discussão teórica sobre a temática, evidenciando a relação entre a História e a Geografia, academicamente e no espaço escolar. Nessa discussão se ressalta a evidente relação entre as duas áreas do conhecimento ao longo do tempo e a contribuição da assim chamada “cartografia crítica” nos debates atuais, apontando para os mapas enquanto objetos que tratam, simultaneamente, do tempo e do espaço. Conclui-se que os mapas devem ser entendidos enquanto elementos históricos contextualizados, sendo, portanto, elos entre os saberes históricos e geográficos.

Palavras-chave: História da Ciência. Ensino de História e Geografia. Cartografia histórica. Cartografia crítica.

MAPS: at the academic and school intersection between History and Geography

ABSTRACT

This text reports on part of the development of a research project that aimed to reflect on and point out perspectives on the use of historical cartography in history teaching. Initially, a theoretical discussion was held on the subject, highlighting the relationship between History and Geography, both academically and in schools. This discussion emphasizes the obvious relationship between the two areas of knowledge over time and the contribution of so-called "critical cartography" to current debates, pointing to maps as objects that deal simultaneously with time and space. The conclusion is that maps should be understood as contextualized historical elements, and are therefore links between historical and geographical knowledge.

Keywords: History of Science. History and Geography Teaching. Historical cartography. Critical cartography.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de minha pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) na Universidade Federal do Paraná (UFPR). O trabalho teve como intenção investigar a relação entre a História e a Geografia, tendo como foco a presença e as tratativas dos mapas históricos em livros didáticos de História. Especificamente, neste texto, viso abordar a relação entre História e Geografia ao longo do tempo, tanto academicamente, quanto no âmbito do ensino, para, na sequência, destacar os mapas como elementos de ligação entre os saberes históricos e geográficos.

¹ Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: ufpr.fabiano@gmail.com

Marc Bloch, em sua *Apologia da História*, afirmava que o historiador pensava o ser humano na “categoria da duração”, o que faria do tempo “o próprio plasma em que se engastam os fenômenos” (Bloch, 2001, p.55). Tais reflexões levaram à clássica definição da História, enquanto estudo dos homens no tempo, especificando que as análises sobre os seres humanos e suas sociedades desenvolvidas pelos historiadores dar-se-iam no prisma de uma duração, um contexto, uma conjuntura.

Analisar qualquer acontecimento, personagem ou documento sempre inserido em seu contexto histórico é um dos primeiros aprendizados e, talvez, o mais importante, feito por aqueles que se dedicam à História. O fator tempo se faz, portanto, imprescindível no trabalho de qualquer historiador. Porém, é preciso lembrar que as ações dos seres humanos ocorrem concomitantemente em duas coordenadas: o tempo e o espaço. Nesse sentido, a pesquisa histórica necessitaria recordar da inserção de uma segunda ótica, aquela relacionada ao lugar onde o homem vive.

Eric Dardel (1899-1967) aponta para o fato de que a Terra é o lugar, a base e o meio de realização do homem, não apenas no sentido de oferecer a ele um suporte material, “[...] mas condição de toda ‘posição’ da existência, de toda ação de assentar e de se estabelecer [...]” (Dardel, 2015, p.40). Essa premissa o conduz a afirmar uma “geograficidade” do ser humano, uma ligação concreta que liga o homem e a Terra que o tornaria, ao mesmo tempo, um ser histórico e geográfico. O ser humano realizar-se-ia, portanto, em sua relação com a Terra, em sua condição “terrestre”. Essa “geograficidade” do ser humano estaria, para o espaço, como a historicidade está para a relação entre o homem e o tempo: “Se o destino do homem é realizar-se historicamente, esta realização não pode se efetuar senão sobre a Terra” (Besse, 2006, p. 93).

Se todo fato, toda pessoa e toda fonte histórica tem um enquadramento temporal, igualmente possui um cenário, um lugar geográfico. Tempo e espaço estariam, portanto, vinculados de maneira indivisível na construção da vida humana, o que me leva a afirmar que qualquer investigação histórica deveria considerar esses dois enfoques. Como aponta José D’Assunção Barros (2010), o espaço atua como mediador entre História e Geografia, e o conhecimento geográfico acaba, invariavelmente, participando das pesquisas históricas, o que fica evidente, por exemplo, quando pensamos nos usos de conceitos geográficos como “região”, “paisagem” ou “território”.

História e Geografia debruçam-se, respectivamente, sobre os dois âmbitos acima mencionados, tempo e espaço. Logo, o diálogo entre ambas precisaria ser comum, mas

nem sempre foi assim. Apesar de naturalmente estarem tão próximos, os dois domínios do saber aproximaram-se e afastaram-se em diversas situações. Minha intenção, neste artigo é, primeiramente, explorar a maneira como História e Geografia conviveram, destacando as formas dessa interação na academia e na educação. Tal exploração concentra-se, sobretudo, na produção acadêmica francófona, tão influente em nosso país, porém não desconsidera a possibilidade de outras interações em diferentes lugares. Por fim, objetivo também refletir sobre a maneira como os mapas apresentam uma interessante opção de vínculo entre homem, tempo e espaço, importando interdisciplinarmente à História e à Geografia.

DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES NO ÂMBITO ACADÊMICO

História e Geografia, como campos do conhecimento, relacionaram-se de diferentes formas ao longo do tempo. Um demonstrativo desse antigo relacionamento é o fato de Heródoto ter sido considerado um dos “pais” tanto da História quanto da Geografia (Momigliano, 2004). No âmbito acadêmico, História e Geografia também tiveram desenvolvimentos próximos, buscando definir-se enquanto ciências e especializar-se ao longo do século XIX e opondo-se ao “positivismo” oitocentista entre o final do século XIX e o início do XX. Se em 1929 Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) fundariam os *Annales d'histoire économique et sociale*, 38 anos antes, em 1891, Armand Colin (1842-1900), Vidal de La Blache (1845-1918) e Marcel Dubois (1856-1916) criavam os *Annales de Géographie*. Tais aproximações não são meras coincidências, pois, além de decorrerem de um contexto histórico e intelectual comum, que associava as preocupações nas duas áreas, estão relacionadas a objetos e problemáticas que invariavelmente conciliam os dois domínios.

Esfera do conhecimento desde a Grécia Clássica, o saber geográfico não possuía, até o século XVIII, uma sistematização, englobando uma gama variada de informações que ia desde relatos de viagens e curiosidades regionais até relatórios estatísticos. Tais características viriam a ser profundamente alteradas pela realidade conjuntural do século XIX.

À semelhança da História, a constituição da Geografia, enquanto ciência, foi muito influenciada pela filosofia positivista, a qual negava o condicionamento histórico-social do conhecimento e advogava uma ciência “neutra” e “isenta de paixões” (Löwy, 2007). Essa inspiração levou os geógrafos à adoção, ao menos inicialmente, de uma postura empirista e naturalista, o que se evidenciou nos primeiros passos no sentido de uma metodização do

conhecimento geográfico, ocorridos na Alemanha pelas mãos de autores como Alexander Von Humboldt (1769-1859), Karl Ritter (1779-1859) e, posteriormente, Friedrich Ratzel (1844-1904). Com uma concepção claramente marcada pelo contexto oitocentista de formação do Império Alemão, este último defenderia como objeto de estudo da Geografia a ingerência da natureza sobre o homem, a qual acreditava ser definidora da fisiologia e da psicologia dos indivíduos e sociedades (Ratzel, 1983, p.08).

Os discípulos de Ratzel foram responsáveis por três desdobramentos importantes na história da Geografia: em primeiro lugar, alguns deles radicalizaram suas proposições, dando origem ao chamado “determinismo geográfico”, segundo o qual o homem seria um mero produto do espaço geográfico; outro desdobramento foi o surgimento da Geopolítica, corrente dedicada, de início, ao estudo da dominação de territórios e que, ao menos a princípio, esteve intimamente engajada em operacionalizar e legitimar o imperialismo; por fim, as ideias de Ratzel também colaboraram para o surgimento da escola “ambientalista”, a qual não via no meio um determinante para a vida humana, mas sim um suporte para ela e que, por isso, dedicou-se ao estudo das inter-relações entre organismos que coabitam em determinado espaço (Moraes, 2007).

Na França, Paul Vidal de La Blache formularia a “Geografia Humana” em oposição às enunciações de Friedrich Ratzel, criticando-o especialmente por sua politização, seu naturalismo (e conseqüente minimização do elemento humano) e pelo que considerava uma concepção mecanicista e fatalista. Em diálogo crítico com a escola alemã, Vidal de La Blache definiu o objeto da Geografia como sendo a relação entre o ser humano e a natureza, posicionando o homem como agente ativo, influenciado pelo meio e simultaneamente influenciador dele (La Blache, 2005).

Como pode-se perceber, para La Blache, os fatores naturais seriam então vistos como possibilidades para a ação humana, por isso a concepção vidaliana foi também chamada de “possibilismo”. Os desdobramentos da Geografia de inspiração vidaliana foram inúmeros, indo desde a Geografia Regional, até a Geografia Econômica e influenciando geógrafos como Maximilien Sorre (1880-1962), André Cholley (1886-1968) e Maurice Le Lannou (1906-1992), dedicados especialmente aos estudos das ações humanas sobre o espaço geográfico. A obra de Vidal de La Blache influenciaria ainda historiadores, especialmente francófonos, como Lucien Febvre, o qual inclusive publicou textos explicando ideias vidalianas e foi o responsável pela utilização dos conceitos de “determinismo” e “possibilismo” aplicados à Geografia (Moraes, 2007).

A Geografia de inspiração vidaliana predominou em toda a primeira metade do século XX, inspirando pesquisas geográficas ao redor do planeta. Nas décadas de 1960 e 1970, porém, novas perspectivas começaram a surgir dentro do campo geográfico, especialmente com a chamada Geografia Crítica. Nesse contexto, autores como Pierre George (1909-2006) e Yves Lacoste (1929-) trouxeram, para as análises geográficas, questões como a influência dos fatores políticos e econômicos sobre os espaços. O diálogo com a teoria marxista e com desenvolvimentos intelectuais de outras áreas, como a economia, a sociologia e a filosofia, inseriu discussões sobre espaços urbanos e territórios, por exemplo, as quais influenciariam diversos outros geógrafos e não-geógrafos. Dentro desse movimento mais amplo de renovação destaca-se a obra do geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001), autor que sustentou que a produção do espaço geográfico deveria ser o objeto de estudo da Geografia (Santos, 2002, p.416).

Para Santos, o espaço é histórico, um fato social, produto da ação humana, uma “natureza socializada”. Nesse sentido, a atividade produtiva é uma ação sobre o espaço, o que leva a uma organização do espaço determinada por fatores culturais, tecnológicos e, sobretudo, socioeconômicos. As diferenças entre os lugares seriam, assim, simultaneamente, naturais e históricas (Moraes, 2007).

O breve resumo exposto nos parágrafos acima permite vislumbrar um pouco do que foi o desenvolvimento da Geografia nos últimos dois séculos. Como pode-se perceber, questões históricas estiveram presentes em praticamente todos os momentos, embora com enfoques diferentes. A História, por sua vez, trilhou caminhos muito próximos daqueles percorridos pela Geografia. Igualmente antigo, o conhecimento histórico passou por um processo muito semelhante de busca por cientificidade e profissionalização, o qual provavelmente encontrou no século XIX e na figura de Leopold Von Ranke (1795-1886) seu ponto de culminância. Na tentativa de estabelecer-se como uma ciência, a História acabou por vincular-se especialmente à narrativa cronológica dos fatos, sobretudo os de cunho político, relegando a segundo plano questões econômicas, sociais e culturais. Essa mesma linha de desenvolvimento verificou-se, na França, em autores como Charles Seignobos (1854-1942). Críticos da concepção metódica da História em sua narrativa factual dos acontecimentos e em sua predileção por aspectos políticos, os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram o movimento dos Annales, visando justamente a dar espaço a diferentes concepções historiográficas e a dialogar com outras ciências sociais (Burke, 1992).

Lucien Febvre havia inclusive tido aulas com Vidal de La Blache quando aluno da Escola Normal Superior, em Paris. Essa influência foi sentida no grande interesse de Febvre pela Geografia, ao ponto de publicar obras como *A Terra e a evolução humana: introdução geográfica à História* (1949) e de envolver-se nas disputas já citadas entre o determinismo e o possibilismo geográficos. Por outro lado, March Bloch, que fora aluno da mesma instituição, possuía outras influências, especialmente da sociologia de Émile Durkheim (1858-1917), de quem fora aluno. Apesar de não compartilhar o mesmo interesse de Febvre pela Geografia, Bloch repartia com ele uma visão interdisciplinar, de aproximação da História com outras ciências sociais, o que viria a ter papel extremamente relevante no desenvolvimento do movimento dos Annales. A criação dos *Annales d'histoire économique et sociale* teria sido, inclusive, inspirada nos *Annales de Géographie*, e a revista teria por princípios a crítica à concepção metódica, factual, política e narrativa; a perspectiva interdisciplinar; e uma História construída a partir de problemas (Burke, 1992).

Segundo François Dosse (1994), os desdobramentos ocorridos anos antes na Geografia influenciaram o que viria a acontecer na História. Ao mencionar Vidal de La Blache, Dosse afirma que sua “[...] sistematização do objeto geográfico vai servir de modelo à futura escola dos Annales” (Dosse, 1994, p.30). Nesse sentido, os historiadores vinculados à escola dos Annales teriam sobre si uma grande influência da Geografia, expressa na produção de Lucien Febvre e, sobretudo, Fernand Braudel (1902-1985). Este último cunharia o conceito de “geo-história”, e colocaria o espaço, ao lado do tempo, como fator determinante nos fenômenos humanos que interessam à História (Ribeiro, 2015).

A obra de Vidal de La Blache foi, de acordo com Guilherme Ribeiro (2015), basilar para as formulações elaboradas por Fernand Braudel, assim como os conceitos de “espaço”, “economia” e “sociedade” da escola geográfica alemã. Para Ribeiro, Braudel acreditava que a História vivia uma crise, a da narração, enquanto a Geografia vivia a da descrição, e ambas poderiam ser solucionadas em conjunto, dado que a história das sociedades seria paralelamente temporal e espacial.

Ao longo de quase três décadas, Fernand Braudel foi um dos mais influentes historiadores franceses, conseqüentemente, a segunda geração dos Annales (1946-1968) teve nele sua principal liderança. Como resultado dessa influência tão poderosa, a Geografia continuou ao lado da História, contribuindo e fazendo-se presente, junto a questões econômicas e socioculturais, nos desenvolvimentos da História quantitativa, da demografia e da História regional e serial. No final da década de 1960, porém, novos rumos

se faziam sentir sobre o movimento dos Annales. A aposentadoria de Braudel, em 1972, abriu espaço para uma renovação nos quadros e nas áreas de interesse da historiografia francesa, e a “fragmentação” dos Annales, agora sem uma liderança tão forte como haviam sido Febvre e Braudel, permitiu que novos nomes e, conseqüentemente, novas aspirações ganhassem destaque. Nesse novo contexto, ganharam evidência domínios como a História das mentalidades e a História cultural, e o diálogo com a Geografia cedeu espaço a relações com outros campos, especialmente a Antropologia (Burke, 1992).

Embora História e Geografia tenham sofrido certo afastamento durante a chamada terceira geração dos Annales, cabe ressaltar que historiadores ainda vinculados a esse movimento caminharam no sentido de uma aproximação, como no caso de Bernard Lepetit (1948-1996), que se dedicou especialmente à história urbana e, conseqüentemente, aproximou-se de questões ao mesmo tempo históricas e geográficas. Apesar de um distanciamento formal e acadêmico percebido dentro do movimento da escola dos Annales, História e Geografia nunca deixaram de se relacionar enquanto saberes, aliás, é importante destacar que esse relacionamento não se circunscreveu unicamente à contemporaneidade ou a um movimento historiográfico específico. Em suma, fica evidente que tanto a Geografia serviu-se de conhecimentos históricos, quando a História utilizou saberes geográficos, numa relação que pode ter sido distante e não oficial em alguns momentos, mas que, na prática, nunca deixou de ocorrer.

MOVIMENTOS DIVERSOS NO ENSINO

Da mesma maneira como os conhecimentos históricos e geográficos interagiram de diferentes formas nos ambientes acadêmicos, também ocorreram aproximações e distanciamentos no que se refere à educação. Acredito, nesse sentido, que o espaço escolar, embora também se comunique com o conhecimento universitário, possui características próprias, o que me leva a afirmar que os desenvolvimentos ocorridos em sala de aula não necessariamente são meros reflexos daqueles observados na academia. Nesta seção desejo investigar brevemente como se deu a relação entre os saberes históricos e geográficos na sala de aula, focalizando o caso brasileiro. Como se observará, diversos movimentos, nas duas áreas, foram muito semelhantes, o que provavelmente se deve a características conjunturais próximas, em virtude disso optou-se por delinear os processos paralelamente, apontando o que ocorreu no ensino da História e da Geografia dentro de contextos comuns.

Como poderá se observar adiante, foi considerável a influência francesa na educação brasileira. Em virtude disso, inicialmente explorarei rapidamente os desenvolvimentos do ensino naquele país. Semelhantemente ao que ocorreu na academia, História e Geografia também percorreram um longo e sinuoso caminho para tornarem-se disciplinas escolares, embora estivessem presentes na educação, enquanto conhecimentos, desde a Antiguidade. Analisando o caso francês, Annie Bruter (2006) alega que a História, até o século XVII, ainda não possuía um caráter disciplinar, antes era vista como um “campo do saber”. Nessa linha, até o século XVII permaneceria um ensino pautado na leitura de textos clássicos, dando continuidade ao modelo humanista iniciado no século XVI e que, portanto, seria necessariamente não-disciplinar. Ainda de acordo com Bruter, as mudanças contextuais do final do século XVII, especialmente no âmbito da educação principesca e aristocrática, teriam contribuído para o surgimento de uma “pedagogia da história”, com a introdução de linhas do tempo e resumos históricos, nos quais as línguas vernáculas substituíram gradualmente o latim.

Percebe-se, dentro desse modelo clássico de educação prevalecente até o século XVII, que os conhecimentos históricos e geográficos eram vistos como campos de saber complementares, ao lado das línguas clássicas, que tinham caráter dominante. Um exemplo disso pode ser observado na pedagogia jesuítica, de grande relevância dado o papel que essa ordem exerceu na educação. Assim como a História, a Geografia não constituía uma disciplina específica, e a aprendizagem se dava de forma concomitante com a leitura e o comentário de textos, em geral de autores greco-romanos, em trechos nos quais apareciam descrições de territórios e recursos naturais, por exemplo. A Geografia ensinada nesse período tinha caráter fortemente matemático, relacionando-se à astronomia, à cosmografia, à cartografia e à geometria (Rocha, 2000).

Explorando os usos sociais da História na França durante os séculos XIX e XX, Antoine Prost (2012) menciona que a História, enquanto disciplina escolar, emancipou-se gradualmente das Humanidades, tornando-se disciplina obrigatória no ensino médio em 1818, ganhando destaque, em parte, pela posição dos historiadores no debate intelectual público, e servindo como fundamento à identidade nacional: “Pela história, a sociedade francesa representou-se a si mesma, procurou sua própria compreensão e refletiu sobre si mesma [...]” (Prost, 2012, p.25). A obrigatoriedade do ensino de História no ensino fundamental francês, inserida em 1880, dar-se-ia com algumas mudanças, como a busca por uma maior “simplicidade”, com o uso de imagens, narrativas e lendas, o caráter

marcadamente patriótico e a ênfase na memorização. Prost aponta ainda para algumas mudanças ocorridas no século XX, como a universalização da escolarização e a renovação metodológica a partir de abordagens psicossociológicas e psicológicas, porém destaca o fato de, nos anos 1970 a História, enquanto disciplina autônoma, ter deixado de existir, sendo considerada uma “atividade de estímulo”, unida à Geografia e a noções de Economia e Sociologia. Essa “interdisciplinaridade” teria motivado mobilizações populares que levaram ao restabelecimento da História como disciplina a partir dos anos 1980, em um processo também muito semelhante ao que ocorreria no Brasil.

Da mesma maneira observada no caso da História, embora com menos destaque, a instituição da Geografia, como disciplina escolar, acompanhou a consolidação do Estado francês. A Geografia, assim, também serviria aos interesses políticos de construção da identidade e da unidade nacionais. Conhecer o território e as características deste reforçaria o sentimento identitário, dando a ele um suporte espacial, que em conjunto a uma unidade linguística e a um passado comum forneceriam as bases da nação. O conhecimento geográfico ensinado, no entanto, deveria estar ajustado aos interesses daqueles que detinham o controle da sociedade (Pereira, 1989).

A Geografia cumpriria, para além dessa função patriótica e civil, também um papel estratégico, uma vez que o saber geográfico era visto como essencial à prática política, diplomática e militar. Independentemente dos objetivos esperados da disciplina geográfica nesse contexto, cabe ressaltar que ela se debruçava quase que exclusivamente sobre características físicas, relegando o elemento humano a segundo plano (Feliciano, 2015).

Para tratar especificamente do ensino de História no Brasil, baseio-me na periodização sugerida por Maria Auxiliadora Schmidt (2012), a qual propõe uma subdivisão da história do ensino de História no Brasil em quatro períodos: a construção (1838-1931), a consolidação (1931-1971), a crise (1971-1984) e a reconstrução (a partir de 1984) do “código disciplinar” da História. A primeira fase incluiria do Império à Primeira República, momento no qual concepções europeias, especialmente francesas, teriam influenciado o surgimento da disciplina de História no Brasil, fortemente atrelada ao contexto de consolidação do Estado nacional. A Revolução de 1930 daria início ao segundo momento, marcado pela institucionalização e pelas reformas educacionais, pela expansão das ideias da Escola Nova e pela relação articulada entre o Estado e um número considerável de intelectuais. Um terceiro momento teria início após as mudanças na legislação educacional realizadas na Ditadura Civil-Militar, as quais suprimiram a História como disciplina

autônoma, colocando em seu lugar os chamados Estudos Sociais. A última fase, que inclui a atualidade, começaria com o retorno do ensino de História, após 1984 e seria, conseqüentemente, um ciclo de confronto de propostas e de reconstrução do código disciplinar da História. Para fins de organização, paralelamente ao curso da disciplina histórica, aponta-se brevemente aquilo que acontecia no tocante à Geografia.

Como demonstra Circe Bittencourt (1992-1993), ocorreram diversas disputas em torno do ensino de História na época de sua instituição enquanto disciplina escolar, no século XIX. A autora aponta que o ensino de História no Brasil foi delineado logo após a elaboração da Constituição de 1824, dentro de um processo marcado pela presença de debates que incluíam questões morais e religiosas, bem como posicionamentos políticos em torno do projeto para a nação que acabara de nascer. A intenção de forjar a nacionalidade brasileira nesse período se expressou, também, na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, dentro do qual História e Geografia seriam vistas como essenciais para o sucesso desse objetivo (Guimarães, 1988).

No contexto de construção da nação e da nacionalidade, outra instituição que irá assumir um papel de grande destaque será o Colégio Pedro II. Fundado em 1837, um ano antes do IHGB, o colégio se tornou um parâmetro para a educação nacional (Manoel, 2012). A História, ensinada conjuntamente à Geografia, era disciplina obrigatória desde a inauguração do Colégio Pedro II, sendo que apenas em 1862 as duas disciplinas foram separadas. A História trilhou, do Império ao início da República, um caminho de dessacralização e secularização, conquistando um espaço curricular carregado de sentidos políticos e ideais civilizatórios, e, como já foi apontado, sendo fortemente influenciada pelas concepções de ensino de História oriundas da França (Bittencourt, 1992-1993). O ensino da Geografia, nesse período, permaneceu praticamente inalterado em relação àquelas concepções já mencionadas anteriormente, mantendo-se pautado no caráter descritivo e na memorização (Rocha, 2000).

Ao analisar a conjuntura do início da República e da denominada “Era Vargas”, Katia Maria Abud (1998) aponta para o papel que se esperava do ensino de História: o de formadora e construtora da consciência nacional e da cidadania. Em uma época em que a construção de uma identidade nacional era inquietude de diferentes setores da sociedade, o ensino de História acabou sendo alinhado a essa preocupação.

Uma dificuldade sentida nos primeiros anos da República brasileira era a carência de professores especializados para ministrar as aulas de História. Excetuando-se o Colégio

Pedro II, no qual geralmente os professores também eram membros do IHGB e, conseqüentemente, faziam parte de uma “elite intelectual”, era rara a existência de professores com formação em História. Nesse sentido, ganhou destaque a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, que já de início disponibilizou um curso superior em História e Geografia (Manoel, 2012). Nesse momento, os cursos de História e Geografia voltavam-se essencialmente à formação de professores. As duas formações permaneceriam unidas no ensino superior brasileiro até 1955, quando deram origem a dois cursos separados (Roiz, 2007).

A conjuntura republicana também ocasionou algumas alterações no que tange ao conhecimento geográfico. Tanto a criação dos primeiros cursos superiores quanto a influência de obras produzidas em outros países, especialmente na França, trouxeram mudanças à pesquisa e ao ensino da Geografia (Miranda, 2015, p.37). Nesse período, destacou-se a obra de Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), geógrafo francês radicado no Brasil que criticou o patriotismo ideológico e o caráter demasiadamente descritivo e memorizador do ensino da Geografia em nosso país (Feliciano, 2015, p.3930). Essas novas proposições, no entanto, demoraram a trazer mudanças concretas à educação, de maneira que a disciplina geográfica permaneceu nos moldes tradicionais por muito tempo: “Apenas nas décadas finais do século XX, é que esta concepção de Geografia e suas repercussões no currículo escolar começaram a perder força no cenário educacional brasileiro” (Fernandes, 2012).

Nesse contexto de “modernização”, surgiu, ainda na Primeira República, o Movimento Escolanovista, cujo manifesto, lançado em 1932, propunha as diretrizes para a reformulação da educação brasileira e pregava, entre outras coisas, a instituição de um sistema único de ensino e a adoção de escolas públicas, laicas e gratuitas (Carvalho, 2004). O movimento, influenciado especialmente pelas ideias de John Dewey (1859-1952) e contando com muitos adeptos entre a intelectualidade brasileira, criticava as concepções educacionais do século XIX, ainda vigentes à época, e defendia a centralidade da criança no processo de ensino-aprendizagem, valorizando a individualidade e a autonomia dos estudantes (Alves, 2010). Entre os anos 1930 e 1960, algumas mudanças pontuais na legislação educacional e certo número de publicações viriam a apontar, sob a influência das perspectivas da Escola Nova, para a implementação dos Estudos Sociais, inspirados nos *Social Studies* adotados nas escolas estadunidenses. Os Estudos Sociais se ancoravam na ideia de uma aprendizagem baseada nos “círculos concêntricos” (família,

escola, bairro, cidade, país) e em uma abordagem interdisciplinar, que diluía disciplinas como História e Geografia (Schmidt, 2012).

Foi na Ditadura Civil-Militar, principalmente durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, que as tendências apontadas no parágrafo anterior viriam a ser formalmente aplicadas à legislação, embora a partir de perspectivas e objetivos diferentes. No contexto pós-1964, o Estado desobrigou-se do investimento em educação, sobretudo em nível médio e superior, favorecendo o crescimento do setor educacional privado. Especialmente no Segundo Grau (atual Ensino Médio), a formação geral, sobretudo na área de ciências humanas, foi relegada a segundo plano, dando lugar à habilitação profissional dos estudantes (Fonseca, 2003).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada em 1971 os Estudos Sociais foram implantados e a História, em conjunto com a Geografia, deixou de existir enquanto disciplina escolar autônoma. A História, como disciplina independente, seria obrigatória apenas em um dos três anos do Segundo Grau. Obviamente, as reações contrárias às mudanças se fizeram sentir imediatamente.

Para além das concepções pedagógicas, acredita-se que estas mudanças também estariam vinculadas ao contexto e à ideologia do próprio regime militar: “O controle sobre a disciplina histórica relacionou-se sobretudo à ideologia implantada com o golpe de 1964, quando o ensino foi colocado a serviço do regime ditatorial que propugnava a formação de cidadãos dóceis, obedientes e ordeiros [...]” (Nadai, 1992-1993, p.158). É interessante perceber que justamente em um período no qual História e Geografia distanciavam-se no ambiente acadêmico, as duas áreas eram forçadas a se unir, de forma claramente negativa, na esfera escolar.

No âmbito universitário, a atuação da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH) e da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB) conseguiu impedir a substituição dos cursos de História e Geografia pelos Estudos Sociais nas universidades públicas, embora cursos de Estudos Sociais tenham proliferado largamente, especialmente nas instituições privadas (Alves, 2010). A mobilização de historiadores e geógrafos contra os Estudos Sociais e o contexto de redemocratização fizeram com que, a partir de 1984, os Estudos Sociais fossem gradualmente abandonados, dando lugar novamente às disciplinas específicas de História e Geografia. Nessa nova conjuntura, intensos debates ocorreram em torno da educação brasileira, perpassando a escrita e a promulgação da Constituição de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

de 1996, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1998, e, mais recentemente, do processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular para os ensinos Fundamental e Médio.

O MAPA COMO LIGAÇÃO ENTRE O SER HUMANO, O TEMPO E O ESPAÇO

Por serem simultaneamente produtos da ação humana, realizados no tempo e referidos a determinados espaços, os mapas ocupam uma importante posição enquanto elos entre os saberes históricos e geográficos. De maneira geral, pode-se dizer que os mapas e a cartografia são utilizados pelos seres humanos há muito tempo, em uma história que caminha desde os primeiros traços representados em pedras até as modernas fotografias tiradas por satélites de alta precisão (Freire; Fernandes, 2010, p.86).

A necessidade de representar o espaço acompanhou as necessidades humanas ao longo do tempo, de modo que, desde muito cedo, foi necessário estabelecer princípios norteadores dessa prática, baseados na escala, no uso de símbolos próprios, cores etc. A importância desses recursos pode ser sentida quando se observa que já na Grécia Antiga havia técnicas para a representação do “mundo conhecido”. Tales de Mileto (c. 624-546 a.C.), Pitágoras (c. 570-495 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.), Hecateu de Mileto (c. 550-480 a.C.), Eratóstenes (276-194 a.C.) e Ptolomeu (90-168) são apenas algumas das personagens relacionadas ao surgimento da cartografia. Essa história continuou ao longo da Idade Média, na qual perspectivas religiosas tiveram grande influência sobre a maneira como o mundo era visto, percebido e representado, e encontrou grandes desenvolvimentos sob a cultura islâmica.

No entanto, foi a partir da Modernidade que grandes modificações se fizeram sentir. Embora de maneira gradual e não sem questionamentos, ocorreram modificações sobre a concepção do mundo e sobre as formas como esse mundo seria representado. Como explica William Randles (1990), no período entre 1480 e 1520, profundas mudanças conjunturais trariam poderosas consequências ao pensamento europeu. Randles aponta para a transformação das visões europeias acerca do planeta que durante praticamente toda a Idade Média teriam convergido no sentido de alinhar o conhecimento herdado da Antiguidade Clássica à teologia bíblica. No século XV, a tradução e a circulação da obra de Ptolomeu introduziriam algumas alterações, ao apresentar à Cristandade Latina a representação em um plano de um mundo esférico, no que poderia ser chamado de “[...] estado intermédio entre o mapa-múndi medieval e o globo terrestre construído pelos

Descobrimientos [...]” (Randles, 1990, p.28). Porém, somente após as navegações é que seriam observadas modificações definitivas nas noções geográficas e nas representações cartográficas produzidas na Europa.

Algo evidente é a relevância de Cláudio Ptolomeu na cartografia do início da Modernidade, uma vez que diversos dos mapas produzidos à época baseavam-se nas ideias do pensador alexandrino. Ptolomeu havia proposto a representação cartográfica do mundo conhecido em um plano à semelhança de uma “grelha”, com linhas horizontais e verticais que auxiliavam na localização, sobretudo de navegadores. A influência ptolomaica demonstra, entre outras coisas, a importância do conhecimento greco-romano “redescoberto” entre o final da Idade Média e o início da Modernidade, bem como o papel dos povos árabes na preservação desses conhecimentos. Além disso, fica clara a própria relação dessa conjuntura com o conhecimento, expressa na releitura dos “clássicos” e no aprimoramento de conhecimentos anteriores.

Em sua obra Geografia, considerada o primeiro grande guia de cartografia, Ptolomeu tentou compilar e sintetizar o conhecimento geográfico (greco-romano) existente até então, sendo fortemente influenciado pelo já citado Eratóstenes de Cirene, e por Hiparco de Niceia (190-120 a.C.) e Estrabão (c. 64-24 a.C.). Apesar de seu mapa original ter sido perdido e de estar reduzido ao mundo conhecido à época do Império Romano, o sistema de “grelha” desenvolvido por Ptolomeu para representar cartograficamente o mundo continua sendo reutilizado em diversas projeções, inclusive atuais. Embora relativamente desconhecido durante a Idade Média, o trabalho de Ptolomeu foi difundido entre os árabes e, a partir do século XV, “redescoberto” no Ocidente latino, fato que se deveu, especialmente, à tradução da Geografia (Colaço; Bauab, 2016).

O conhecimento das ideias de Ptolomeu deu novo impulso à cartografia no Ocidente latino, obrigando a uma renovação do conhecimento geográfico. Tudo isso em um momento especialmente importante, no qual Portugal e Espanha, e mais tarde outros reinos, lançavam-se às navegações. Nesse contexto, os conhecimentos ptolomaicos receberam novo significado e tiveram grande relevância. Apesar disso, as próprias navegações viriam a contestar o mapa de Ptolomeu que, com o passar do tempo, caiu em desuso e foi substituído por opções mais “precisas”, como a projeção de Mercator (Colaço; Bauab, 2016).

Igualmente, é possível perceber o fato de as representações cartográficas mudarem com o passar do tempo em razão das novas descobertas feitas a partir dos movimentos de expansão marítima ao redor do planeta. Tais mudanças demonstram a relação constante

entre conhecimento teórico e prático, assim como deixam claro os modos como as navegações, em suas diversas motivações, influenciaram também na produção e na difusão do conhecimento no início da Modernidade. Além disso, pode-se notar a valorização da experiência na cosmografia e a crescente vinculação da teoria e da prática, o que fez com que o século XVI se tornasse o momento no qual os mapas eruditos recebessem cada vez mais a influência da cartografia prática (Kapp, 2018).

Como aponta Maria Fernanda Alegria (1998), as navegações tiveram grande papel no desenvolvimento da cartografia. A autora discorre, ainda, sobre a mudança incorporada após as navegações, no sentido de representar nos mapas cada vez mais aquilo que realmente havia sido visto, testemunhado, no lugar do havia sido apenas imaginado. Essa “especialização” estaria intimamente relacionada ao conhecimento adquirido com as viagens ao redor do globo e estaria vinculada, como apontou Veloso Filho (2010), a um contexto mais amplo do Renascimento.

Durante a Modernidade, e como resultado dos conhecimentos adquiridos a partir das navegações europeias, diversos cartógrafos contribuíram para o desenvolvimento das técnicas e representações cartográficas. Entre eles podemos citar Gerhard Kremer, conhecido pela tradução latinizada de seu nome como Gerardo Mercator, que publicou, em 1569, um mapa *mundi* baseado em uma projeção cilíndrica do globo terrestre. Para representar o planeta, Mercator colocou-o em um cilindro aberto, o que acabou por gerar distorções, especialmente nos polos. Apesar desses problemas, a projeção de Mercator se tornou uma das mais utilizadas no período moderno, sobretudo por traçar meridianos e paralelos em ângulos retos, o que facilitava a navegação. Nos séculos XVII e XVIII, movimentos de navegação e colonização realizados por Inglaterra, Holanda e França, por exemplo, acrescentaram às representações cartográficas mais informações e, paralelamente, um maior rigor matemático, o que não impedia, obviamente, que estes mapas, como todos os demais, carregassem conteúdos subjetivos (Carvalho; Araújo, 2018).

Como visto anteriormente, ao explorar os percursos da Geografia, os séculos XIX e XX trouxeram também modificações à prática da cartografia, a qual, sobretudo no contexto oitocentista, se tornou um importante meio de expressão dos ideais nacionalistas e imperialistas. Do mesmo modo, o desenvolvimento científico e tecnológico destes últimos dois séculos traria consideráveis contribuições à cartografia, que ganhou destaque estratégico com as duas guerras mundiais. Recentemente, o surgimento de instrumentos como balões, máquinas fotográficas, impressoras, aviões, satélites artificiais e

computadores acrescentou às técnicas cartográficas possibilidades até então inimagináveis de precisão, análise e difusão (Carvalho; Araújo, 2018).

Esse breve histórico apontado nos parágrafos anteriores informa sobre o papel desempenhado pelos mapas ao longo da história. Interessa agora explorar, sucintamente, a visão sobre os mapas e a cartografia existente atualmente. Ao consultar-se a palavra “mapa” em um dicionário, encontra-se a explicação de que se trata de uma representação gráfica, em escala, de informações relativas à Terra. Ao se realizar uma consulta semelhante procurando pela palavra “cartografia”, o dicionário a delimitará como arte ou técnica da composição de mapas, ou mesmo descrição e análise destes mapas.

As definições encontradas revelam um pouco daquilo que se pensa sobre os mapas. De maneira geral, eles são vistos como representações gráficas do espaço geográfico. No entanto, tais “representações do espaço”, vistas unicamente como técnicas, abrem pouco ou nenhum espaço para questionamentos. Consequentemente, os mapas foram e, em muitos casos ainda, continuam sendo usualmente enxergados como imagens neutras, objetivas, “científicas”, simples e imparciais reproduções da realidade espacial. Justamente por serem entendidos dessa forma, quando das renovações teórico-metodológicas ocorridas na Geografia a partir dos anos 1970, a cartografia foi relegada a um segundo plano, pois era tida como uma mera “técnica”, e como tal não teria espaço dentro da Geografia Crítica que se pretendia criar.

Segundo Eduardo Girardi (2011), a Geografia Crítica trouxe grandes avanços aos estudos geográficos, porém negligenciou os mapas. O mesmo autor afirma que Yves Lacoste, em *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, obra publicada originalmente em 1976 e considerada uma das iniciadoras da corrente crítica da Geografia, deu ao mapa um lugar de destaque para a organização e o pensamento sobre o espaço. Esse destaque, porém, foi ignorado pela maior parte dos geógrafos, que ainda carregariam uma visão “positivista” acerca dos mapas. Ainda de acordo com Girardi, os mapas começaram a ser analisados de maneira diferente somente no final dos anos 1980, após a publicação do artigo *Deconstructing the Map* (Desconstruindo o Mapa), do geógrafo britânico John Brian Harley, autor que se tornaria então a principal referência para a construção de uma “teoria crítica do mapa”. Essa teoria crítica do mapa estaria baseada em “[...] uma leitura da natureza da Cartografia a partir da concepção do mapa como uma construção social” (Girardi, 2011, p.05), a qual, por sua vez, ancorar-se-ia em autores como

Jacques Derrida, Michel Foucault e Erwin Panofsky para propor a análise da textualidade e da natureza retórica e metafórica dos mapas.

No artigo mencionado no parágrafo anterior, Harley iniciou suas reflexões alegando que os cartógrafos possivelmente definiram a cartografia como “técnica” “científica” e “objetiva” para obter maior credibilidade acadêmica, todavia os historiadores, no que se refere aos mapas, não teriam a mesma obrigação. Aliás, para aqueles que trabalham com a história da cartografia, questionar as suposições dos cartógrafos seria especialmente útil. A história da cartografia apareceria, para Harley, como um tema interdisciplinar entre as humanidades e as ciências sociais, dentro do qual novas ideias seriam fundamentais para possibilitar uma “desconstrução” do mapa. Tal processo de desconstrução visaria a romper o suposto vínculo entre a realidade e a representação cartográfica, alcançando as forças sociais e poderes agentes sobre os mapas e demonstrando que estes, assim como a arte, são interpretações sobre o mundo (Harley, 2005).

Nesse caminho de desconstrução, Harley propõe que a cartografia seja entendida como “[...] um organismo de conhecimento teórico e prático utilizado pelos cartógrafos para construir mapas como um modo particular de representação visual” (Harley, 2005, p.189, tradução minha). Essa perspectiva aponta para a existência de um “discurso cartográfico”, submetido a regras, sociais e técnicas, bem definidas. Um exemplo da aplicação destas regras seria a posição ocupada por cada lugar em um mapa, cabendo geralmente àquele local considerado “mais importante” a posição central ou superior. Este exemplo poderia ser observado tanto nas modernas projeções eurocêntricas, como a de Mercator, como em mapas de diferentes conjunturas, como aqueles produzidos na Antiguidade ou na Idade Média, nos quais o centro poderia ser ocupado pela Grécia, pela Babilônia ou por Jerusalém, por exemplo. Igualmente seria possível perceber a presença de regras sociais expressas na simbologia utilizada nos mapas. Detalhes como o tamanho de determinados símbolos e letras, a espessura de linhas e o uso de sombreados ou cores serviriam como mecanismos para definir relações, respaldar códigos e realçar valores sociais (Harley, 2005).

Harley utilizou propositalmente a palavra “texto” para se referir aos mapas, sustentando que estes seriam representações nas quais existiriam narrativas, e cuja leitura precisaria ser feita à luz da história e da antropologia, entre outros campos. Ademais, os mapas seriam hipertextuais, guardando outras narrativas além do espaço representado, as quais poderiam ser apreendidas em detalhes como imagens ornamentais, textos paralelos

e assim por diante. Outra constatação se dá quanto à retórica dos mapas que, embora muitas vezes ocultada por aqueles que os produzem, se apresentaria na seleção ou omissão de informações, bem como nas simplificações, classificações, criações de hierarquia e simbolizações, por trás das quais haveria intenções e propósitos humanos subjetivos (Harley, 2005).

Apropriando-se da noção de “poder-conhecimento” de Michel Foucault, Harley alude à existência de um poder externo e de um poder interno na cartografia. O poder externo exercer-se-ia sobre a cartografia, sobretudo na relação entre os mapas e os centros de poder, sejam eles reis, instituições estatais, a Igreja ou outros, para os quais os mapas e o mapeamento se tornaram muito cedo instrumentos de conhecimento e controle. Por sua vez, o poder interno seria aquele exercido na própria produção dos mapas (Harley, 2005).

Nesse ponto de vista, os mapas seriam formas de classificar e se apropriar do mundo, controlando sua imagem e disciplinando-o, e os cartógrafos atuariam como padronizadores das visões acerca deste mundo, exercendo poder sobre o “conhecimento do mundo” posto à disposição dos demais indivíduos. Os mapas, ao articular imagens padronizadas e estereotipadas, expressariam visões sociais e, conseqüentemente, jamais poderiam ser vistos como “neutros”. Eles, ao mesmo tempo em que não são a realidade, acabam influenciando sobre ela, pois são “imagens acreditadas”, que podem tanto legitimar e reforçar a ordem estabelecida quanto questioná-la (Harley, 2005).

Em suma, para Harley, os mapas jamais seriam meras representações objetivas da realidade, antes “meios de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens” (Harley, 2009, p.02). Seguindo essa perspectiva, dentro da Geografia, rapidamente suas ideias foram lidas e criticadas, influenciando diversos outros geógrafos, como Denis Wood, Christian Jacob, Matthew Edney e Catherine Delano-Smith. Ainda no final dos anos 1980, Harley participou, com David Woodward, da organização da obra *History of Cartography*, publicada pela Universidade de Chicago, a qual contribuiu para a construção e consolidação de área da História da Cartografia em uma perspectiva crítica. A despeito disso, o próprio Harley apontou para o fato de os mapas terem sido ignorados dentro da História: “Os historiadores tendem a relegar os mapas, juntamente com pinturas, fotografias e outras fontes não-verbais, a um tipo de evidência menor [...]” (Harley, 2005, p.59). Apesar da existência de uma Cartografia Histórica, as reflexões trazidas pela concepção crítica da cartografia têm sido sentidas mais recentemente.

A seara aberta nos anos 1980 daria frutos rapidamente, gerando reflexões acerca das teorias e das metodologias utilizadas na História da Cartografia já nos anos 1990. Nesse sentido, merecem ser mencionadas algumas contribuições de Ed Dahl e dos já mencionados Matthew Edney, Christian Jacob e Catherine Delano-Smith. Por ocasião da décima sexta Conferência Internacional sobre História da Cartografia, ocorrida em Viena em 1995, estes três autores apresentaram artigos sobre o papel da teoria na História da Cartografia. Alguns pontos destacados foram: o uso de aportes das ciências cognitivas, da antropologia visual, da antropologia do conhecimento, da História da Arte, da micro história e da cultura visual (Dahl; Reyes, 2016); a importância de se analisar mapas à luz da cultura na qual foram criados e utilizados (Edney, 2016); o fato de que os mapas possuem propósitos e usos, sendo portanto “ferramentas cognitivas” (Jacob, 2016); e também a importância de se pensar sobre o autor de um mapa, olhando para essa fonte da mesma forma como se examinam outros documentos históricos (Delano-Smith, 2016).

Investigando as mudanças ocorridas nas áreas da História da Cartografia e da Cartografia Histórica, e tendo como foco as últimas décadas e o Brasil, Maria do Carmo de Andrade Gomes (2004) assinala que as proposições de John Brian Harley atingiram primeiramente os Estados Unidos e a Inglaterra, para, num segundo momento, alcançarem países como Holanda, Itália e Alemanha e, apenas depois, a América Latina. Essa “virada” em relação à História da Cartografia teria, igualmente, trazido comunicações com diferentes campos, como História da Ciência, Estatística, estudos pós-coloniais, estudos sobre o território, História da Arte, história dos mapeamentos etc. No caso específico do Brasil, a autora afirma que essas novas perspectivas teóricas e metodológicas têm ainda pouco impacto, embora estejam sendo crescentemente utilizadas, especialmente em pesquisas que se debruçam sobre o período colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findando este artigo, gostaria de tecer algumas reflexões sobre o uso dos mapas como fontes históricas e sua inserção acadêmica e escolar. Como apontado desde o início deste texto, um dos pontos centrais neste trabalho é relembrar a “geograficidade” do ser humano e sua relevância para os estudos históricos, destacando o lugar, a circunstância das ações humanas, para além da sua historicidade, de seu tempo, de sua conjuntura. Vê-se que essa reflexão é, por sua própria natureza, necessariamente interdisciplinar, interessando concomitantemente à História e à Geografia, domínios intimamente

relacionados ao longo da história, tanto academicamente quanto no ensino. A trajetória comum trilhada pelas duas áreas, enquanto ciências e disciplinas escolares, é apenas um indício dessa proximidade.

Os mapas, entendidos aqui como documentos históricos, são textos produzidos em um contexto histórico específico e igualmente confeccionados em um lugar próprio, seja ele geográfico, político, social, econômico, cultural, ideológico etc. Semelhantemente, os mapas referem-se a uma ou mais conjunturas, da mesma maneira que se referem a um ou mais espaços. A cartografia, portanto, vincula simultaneamente o homem, o tempo e o espaço. Nessa linha de pensamento, os mapas configuram-se como interessantes pontos de interseção entre os saberes históricos e geográficos e, portanto, apresentam instigantes potencialidades epistemológicas e didáticas.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.18, n.36, p.103-114, 1998.
- ALEGRIA, Maria Fernanda. Arcaísmo e progressos na evolução do conhecimento cartográfico do mundo (séculos XV a XVIII). **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, nº 12, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 267-268.
- ALVES, Luís Alberto Marques. República e Educação: Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação. **Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA**, Porto, III Série, vol. 11, 2010, p. 165-180.
- BARROS, José D'Assunção. Geografia e História: uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço. **Geografia** (Londrina), v. 19, n. 03, 2010.
- BESSE, JEAN-MARC. **VER A TERRA: SEIS ENSAIOS SOBRE A PAISAGEM E A GEOGRAFIA**. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2006.
- BITTENCOURT, Circe M.F. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, set/1992-ago/1993, p.193-221.
- BLOCH, MARC. **APOLOGIA DA HISTÓRIA OU O OFÍCIO DO HISTORIADOR**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2001.
- BRUTER, Annie. Um exemplo de pesquisa sobre a história de uma disciplina escolar: a História ensinada no século XVII. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 19, p. 7-21, abr. 2006.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989) – a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, Edilson Alves de; ARAÚJO, Paulo César de. História da cartografia. **Leituras cartográficas e interpretações estatísticas I**. Natal: EDUFRN, 2018.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola Nova no Brasil: uma perspectiva de estudo. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 21, n. 7, p. 90-97, set.- dez. 2004.

COLAÇO, Douglas; BAUAB, Fabrício Pedroso. A Geografia e a Cartografia Produzidas na Antiguidade: a contribuição dos clássicos. **Geografia** (Londrina) v. 25., n. 2., p. 60-75, jul.-dez, 2016.

DAHL, Ed; REYES, André Novaes. Aspectos teóricos da História da Cartografia: vinte anos depois. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n.39, jan.- jun. 2016, p.01-02.

DARDEL, ERIC. **O HOMEM E A TERRA: NATUREZA DA REALIDADE GEOGRÁFICA**. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2015.

DELANO-SMITH, Catherine. Por que teoria na história da cartografia? **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n.39, jan./jun. 2016, p.35-46.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales a Nova História**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

EDNEY, Matthew H. Teoria e história da cartografia. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n.39, jan.- jun. 2016, p.07-18.

FELICIANO, Leia A. dos Santos. O ensino de Geografia no Brasil: do Colégio Pedro II à Universidade de São Paulo – 1837 a 1934. **Anais do XII Congresso Nacional de Educação** (EDUCERE). Curitiba: PUC-PR, 2015. p.3920-3932.

FERNANDES, Maria José da Silva. A Geografia como disciplina escolar: breve trajetória. EAD, Prefeitura Municipal de Bauru. 2012. Disponível em:
https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_educacao/dppee/curriculo.pdf.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003.

FREIRE, Nelson Cabral Ferreira; FERNANDES, Ana Cristina de Almeida. Mapas como expressão de poder e legitimação sobre o território: uma breve evolução histórica da cartografia como objeto de interesse de distintos grupos sociais. **Portal da Cartografia**, Londrina, v. 3 n. 1, 2010.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A construção de uma Cartografia Geográfica Crítica. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Costa Rica, II Semestre 2011, p.1-17.

GOMES, M. do C. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), n. 16, p. 67-79, 30 abr. 2004.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.01, 1988.

HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas**: ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005.

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. **Confins** [online], 5, 2009.

JACOB, Christian. “Por uma história cultural da cartografia”. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n.39, jan.- jun. 2016, p.19-32.

KAPP, Amanda Cieslak. **Tradição e experiência em Fernando Oliveira**: reformas religiosas, cosmografia e história em Portugal do século XVI. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

LA BLACHE, Paul Vidal de. I Geografia Geral: os gêneros de vida na Geografia Humana. **GEOgraphia**, Niterói: UFF, v. 7, n. 13, 2005.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2007.

MANOEL, Ivan A. O ensino de História no Brasil: do Colégio Pedro II aos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Conteúdos e Didática de História**, UNESP/UNIVEST. 2012.

MIRANDA, Ricardo Ferreira. O ensino de Geografia: perspectivas atuais. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína-TO, Ano 04, n.0 01, jan.- jul. 2015.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2007.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p.146-162, set.92-ago.93.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. A Geografia na escola. **Perspectiva**, CED, Florianópolis, 6(12), p.9-44, jan.- jun.1989.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RANDLES, William G. L. **Da Terra plana ao globo terrestre**: uma rápida mutação epistemológica – 1480-1520. Lisboa: Gradiva, 1990.

RATZEL, Friedrich. O Solo, Sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**. nº 2, FFLCH/USP, 1983.

RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr.- jun. 2015.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.129-144, 2000.

ROIZ, Diogo da Silva. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. **Agora**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan.- jun. 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma nova Geografia: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHMIDT, Maria A. M. S. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista de História da Educação – RHE**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, mai.-ago. 2012, p.73-91.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. Forma, dimensões e feições gerais da terra: da Antiguidade ao Renascimento. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 18, mai. 2010. p. 183-194.